

# **BREVE HISTÓRICO DA EJA NO BRASIL: uma abordagem centrada nas campanhas oficiais de alfabetização e nos movimentos de educação e cultura popular**

Rita de Cássia Alves Neiva Almeida<sup>1</sup>

## **RESUMO**

O texto busca a reflexão sobre a história da Educação de Jovens e Adultos - EJA no Brasil a partir de duas vertentes: as campanhas oficiais de alfabetização e os movimentos de educação e cultura popular. Para tanto, será apresentado um breve histórico da EJA, com recorte entre o final da década de 1940 e início da década de 1960. O presente artigo foi fundamentado predominantemente pelo livro *Educação Popular e Educação de Adultos* (PAIVA, 1987), porém outros autores como: Haddad, Di Pierro, Fávero, Streck, também estarão presentes.

Palavras-chave: EJA. Campanhas de alfabetização. Educação e cultura popular.

## **ABSTRACT**

The text seeks to reflect on the history of the education of youth and adults - EJA in Brazil from two aspects: the official literacy campaigns and movements of education and popular culture. To do so, will be presented a brief history of the EJA, with clipping from the late 1940 and early 1960. The article was based predominantly by the book *Popular Education and Adult Education* (PAIVA, 1987), but other authors as: Haddad, Di Pierro, Fávero, Streck, will also be present.

Keywords: EJA. Literacy campaigns. Education and popular culture.

## **INTRODUÇÃO**

A Educação de Jovens e Adultos se apresenta de forma bastante abrangente no que se refere às práticas, campo das práticas e processos de aquisição do conhecimento, sendo assim, não tenho, aqui, a pretensão de promover um estudo histórico aprofundado da temática. Para Haddad e Di Pierro (2000), qualquer tentativa de historiar um universo tão plural de práticas formativas implicaria sério risco de fracasso, pois a EJA, compreendida nessa acepção ampla, entende-se por quase todos os domínios da vida social. Com base nesse entendimento, farei um passeio breve pela história da EJA no Brasil, com recorte a partir do final da década de 1940 até o início da década de 1960.

---

1. Mestranda em Educação de Jovens e Adultos – MPEJA. Instituição UNEB. Contato: cassianeivha@gmail.com

Não se trata, porém de um estudo detalhado desse período, o percurso aqui traçado foi escolhido pela importância histórica das ações e programas governamentais e movimentos da sociedade brasileira, em prol da escolarização para as pessoas adultas analfabetas. Assim, apresento uma rápida visão panorâmica de duas das Campanhas oficiais de alfabetização de adultos e de dois dos movimentos de educação e cultura popular dessa época.

O texto que segue foi fundamentado predominantemente pelo livro “Educação Popular e Educação de Adultos” de Vanilda Paiva, publicado em 1987. Foi uma decisão própria, pois a autora apresenta um estudo aprofundado da temática. Penso que, a partir do conhecimento do passado histórico da EJA, teremos uma melhor compreensão dessa modalidade no presente. Porém, outros autores também estarão presentes neste trabalho.

No primeiro momento abordarei a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos – CEAA (1947) e a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo – CNEA (1958). Posteriormente passarei para outra vertente que não são os programas oficiais, a abordagem se voltará para o Movimento de Cultura Popular – MCP de Recife e o Centro Popular de Cultura – CPC da UNE. As considerações finais apontam para a reflexão sobre a história da EJA no Brasil a partir das possíveis contribuições das duas vertentes apresentadas ao longo da escrita.

## **1. POLÍTICAS EDUCACIONAIS NOS ANOS DE 1940 E 1950: AS CAMPANHAS GOVERNAMENTAIS DESTINADAS À EDUCAÇÃO DE ADULTOS**

A escolarização para as pessoas adultas no Brasil nos anos de 1940 e 1950 começa a sair das discussões e passa a se concretizar através de ações e implantação de programas governamentais. De acordo com Haddad e Di Pierro (2000), a educação de adultos, no Brasil, se constitui como tema de política educacional, sobretudo, a partir do final da década de 1940, quando veio a se firmar como um problema de política nacional.

O Brasil no pós-guerra passa por um momento de grandes mudanças, especialmente no campo político, depois da queda de Getúlio Vargas. De acordo com Paiva (1987), o final da Segunda Guerra Mundial, com a vitória dos ideais democráticos, e a reorientação da política interna brasileira, trouxe à tona o problema da educação das massas como instrumento de construção de uma sociedade democrática. Além disso, com a criação da UNESCO em 1945 é

relatado para o mundo às desigualdades entre os países, chamando à atenção do papel da educação, em particular a educação de adultos, como um instrumento para o desenvolvimento das chamadas “nações atrasadas”.

O chamado da UNESCO influenciou nas decisões do Brasil em relação à oferta da escolarização para população adulta excluída da escola e, nesse mesmo ano, 1945, o Governo Federal regulamenta o Fundo Nacional do Ensino Primário (FNEP) - que foi instituído em 1942 e até então se encontrava sem regulamentação - estabelecendo recursos para o ensino de adolescentes e adultos analfabetos. Para melhor compreensão da Educação de Jovens e Adultos nesse período, Fávero (2003), nos lembrar de que a terminologia jovem é muito recente, conforme o autor, nessa época, se falava de adolescentes e adultos e o ensino primário obrigatório era de 7 a 10 anos. Portanto, era normal falar em adolescente, que era de 10 anos para cima.

A regulamentação do FNEP trouxe a possibilidade de criação de programas educativos destinados aos adolescentes e adultos não escolarizados. No entanto, nesse contexto nomeado por Paiva (1987) de “entusiasmo pela educação”, as discussões não abordavam a proposta educativa restrita à alfabetização, não se tratava apenas de uma “luta contra o analfabetismo” sem fundamentos políticos, pois a base eleitoral do país, nesse período de democratização, estava sendo refeita. A oferta de educação para as pessoas adultas era acompanhada de objetivos bastante claros de formar novos eleitores e predominava o aspecto quantitativo do ensino com vistas para a diminuição dos índices de analfabetismo no país.

Entre as ações e programas governamentais que foram desenvolvidas nesse período, abordarei aqui - pela abrangência, como também por oferecer um embasamento histórico importante sobre a Educação de Jovens e Adultos - a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos – CEAA (1947) e a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo – CNEA (1958).

### 1.1 A CAMPANHA DE EDUCAÇÃO DE ADOLESCENTES E ADULTOS – CEAA (1947)

A CEAA foi a primeira campanha oficial do Brasil destinada à educação de adolescentes e adultos. Criada em 1947 e extinta em 1963, porém, com declínio já em 1954, representava a

possibilidade de elevação dos índices educacionais, portanto, firmava-se como um mecanismo para melhorar a situação do país nas estatísticas internacionais sobre analfabetismo. Visava à ampliação das bases eleitorais e a formação de mão-de-obra alfabetizada para os centros urbanos. Entre os aspectos gerais da Campanha, destacam-se a fundamentação política e à abordagem teórica do analfabetismo.

O fundamento político da CEAA, “(...) ligado à ampliação das bases eleitorais, se acompanhava das ideias de “integração” como justificativa social e de “incremento da produção” como justificação econômica” (PAIVA, 1987, p. 179). Portanto, a oferta de escolarização para os adultos analfabetos estaria ligada ao desenvolvimento do país, através da formação de recursos humanos para as indústrias, além de eliminar o “marginalismo social”, pois à abordagem teórica do analfabetismo percebia o analfabeto como marginal, incapaz e ignorante. Paiva (1987) aponta a visão que se tinha do analfabeto:

(...) O analfabeto, onde se encontre será um problema de definição social quanto aos valores: aquilo que vale para ele é sem mais valia para os outros e se torna pueril para os que dominam o mundo das letras. Ele estaria “inadequadamente preparado para as atividades convenientes à vida adulta” e, incapaz de integrar-se nos padrões culturais, “ele tem que ser posto à margem como elemento sem significação nos empreendimentos comuns”. (PAIVA, 1987, p. 186)

Nessa perspectiva a alfabetização é colocada como uma ação de integração social, devendo incluir socialmente os sujeitos vistos como improdutivos e incapazes que viviam à margem da sociedade por não saber ler nem escrever. No entanto, nesse período, o que existia era a negação do direito a educação. Conforme Paiva, essa forma preconceituosa de ver as pessoas não escolarizadas foi modificada no decorrer da CEAA, através da convivência dos educadores com os analfabetos. Porém, essa era a visão que se tinha do analfabeto no início da Campanha.

As primeiras atividades da CEAA foram desenvolvidas com base num plano de ensino supletivo desenvolvido pelo Departamento Nacional de Educação - DNE. Segundo Fávero (2003), a ação educativa incluía leitura, escrita, iniciação ao cálculo, higiene, moral e civismo e seria uma reposição do conteúdo da escola primária, proposta para aqueles que não foram escolarizados no período determinado de 7 a 10 anos.

No entanto, a CEAA se tornou um fracasso do ponto de vista educativo, formou grandes contingentes de semianalfabetos que, tecnicamente, aprendiam assinar o nome com o propósito

de inclusão no processo eleitoral, pois os analfabetos, nessa época, eram impedidos de votar. “(...) O predomínio do seu fundamento político sobre os aspectos técnico-educativos deu origem às sucessivas acusações de que o programa havia se transformado numa “fábrica de eleitores” (PAIVA, 1987, p. 183)”. Para Fávero (2003),

(...) Essa crítica é um pouco injusta, ela estende a escolarização para além das grandes cidades, ela tem uma característica de uma penetração grande, não no meio rural  $\frac{3}{4}$  que é hoje meio urbano como Santa Cruz, etc. As cidades periféricas de Salvador, de Pernambuco  $\frac{3}{4}$  e ela entra pelos municípios, então, na verdade, ela é um esforço muito grande de expansão de educação para aqueles que não tiveram a escolarização (...). É muito mais um movimento de a escola chegar até os municípios, o que é importante em 1945, pois o índice de analfabetismo desse período era mais de 50%, na ordem de 60%. (FÁVERO, 2003)<sup>2</sup>

De acordo com Haddad e Di Pierro (2000), a influência da CEAA foi significativa, principalmente, por chegar aos Estados e Municípios e criar uma infraestrutura para atender a EJA, que posteriormente eram preservadas pelas administrações locais. Para Di Pierro, Joia e Ribeiro (2001), a Campanha deu lugar à instauração no Brasil de um campo de reflexão pedagógica em torno do analfabetismo e suas consequências psicossociais. Ainda de acordo com os autores, seu fracasso educativo abriu espaço para as discussões sobre novos métodos e processos pedagógicos.

Uma das grandes lições da CEAA apontada por Fávero (2003), é mostrar que - embora se critique o fato da campanha ter restringido seu conteúdo educativo apenas para alfabetização - só a ação de alfabetizar não resolve os problemas sociais. Além do analfabetismo, outras questões sociais precisam de atenção por parte do Governo, como por exemplo, desemprego, baixos salários, falta de moradia, doenças. São problemas que tornam trágica a vida da população mais pobre.

A CEAA “com toda a sua precariedade, reduzindo-se a “fabrica de eleitores”, contribuiu para diminuição dos índices de analfabetismo que caíram de 55% em 1940 para 49,31% em 1950 e para 39,48 em 1960, apesar do elevado crescimento da população” (PAIVA, 1987, p. 194).

---

2. Entrevista do autor para TV escola, realizada em 18.07.2003. Disponível em:  
[http://salto.acerp.org.br/saltoparaofuturo/entrevista.asp?cod\\_Entrevista=45](http://salto.acerp.org.br/saltoparaofuturo/entrevista.asp?cod_Entrevista=45)

## 1.2 A CAMPANHA NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO – CNEA (1958)

A CNEA foi elaborada pela necessidade de novas experiências educacionais, visto que as campanhas criadas anteriormente não haviam alcançado sucesso educativo. Nesse período, o Brasil passava por grandes transformações no campo da educação de adultos. Iniciavam-se as discussões sobre novos métodos e processos pedagógicos mais adequados para o ensino de adultos.

De acordo com Paiva (1987), a CNEA pretendia ser um programa de estudos experimentais, destinado à educação popular em geral, com a perspectiva de encontrar métodos de ensino que não resultassem em novos fracassos educativos.

(...) Na verdade, temia-se o fracasso de mais uma campanha, nos moldes das anteriores. Por outro lado, reconhecendo as diferenças e as desigualdades econômicas e sócio-culturais das diversas áreas, optaram aqueles técnicos pela realização de um projeto-piloto que desse condições de estudar e experimentar as possibilidades e os limites da Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo - CNEA, a partir da ampliação e progressiva melhoria da escola primária e visando a elevação do nível cultural da população. Com esses objetivos, iniciou-se, em 1958, a experiência de Leopoldina... (FÁVERO, 2011, p. 4)

A programação da Campanha destinava-se “(...) a diversas faixas de idade, visava combater o analfabetismo em todas as suas frentes” (PAIVA, 1987, p. 215). Segundo Fávero (2003), o programa experimental da campanha pegava um município de transição para cidade grande, como era o caso Leopoldina, no Pará, e tentava reestruturar inteiramente o sistema de ensino elementar. Ainda de acordo com o autor, as classes escolares eram divididas conforme a idade: 7 a 10 anos frequentavam a escola regular, os adolescentes até 14 anos ficavam em classes de emergência e os adultos em classes noturnas. Para tal objetivo, realizava-se construção escolar, treinamento de professores e aquisição de material didático.

No entanto, a campanha pouco realizou, ficou praticamente na primeira experiência. A CNEA foi criada em 1958, com objetivo de se expandir em 1959, porém foi reestruturada em janeiro de 1960, quando entrou em dificuldades financeiras, até ser extinta em 1963 juntamente com as demais campanhas do MEC. A sua importância, segundo Paiva (1987), está no fato de que ela anuncia uma nova fase em nossa história educativa: a da tecnificação do campo da educação, ainda conforme a autora, não apenas no plano pedagógico, mas também no sentido de

estudos dos problemas educativos em sua relação com a sociedade e de planejamento educacional.

## **2. OS MOVIMENTOS DE EDUCAÇÃO E CULTURA POPULAR NO BRASIL: início da década de 1960**

Caminhamos agora por outra vertente, que não são os programas oficiais, as campanhas de alfabetização. Passaremos pelo mesmo período da história, porém com o olhar voltado para o aspecto mais cultural que envolve a educação de adultos entre 1958 e 1964.

O início da década de 1960 até a chegada do golpe militar em 1964, no Brasil, é marcado por uma efervescência cultural, política e intelectual bastante intensa. Há, nessa época, uma enorme valorização da cultura popular, que se manifesta em diferentes espaços, entre outros, grupos comunitários, artistas, intelectuais. Nesse contexto, surgem alguns dos movimentos mais importantes de educação e cultura popular do país que, de acordo com Fávero (2011) operaram um salto qualitativo em relação às campanhas e mobilizações governamentais contra o analfabetismo de jovens e adultos ou de educação de base, promovidas na década de 50.

Nesse período, existem ideias bastante divergentes, por exemplo, os liberais, a esquerda marxista, os católicos, todos eles podendo debater entre si, porém, convergindo para um ideal nacionalista, defendendo a cultura popular, e principalmente, com o pensamento de que era preciso mudar o país. De acordo com Haddad e Di Pierro (2000), as diversas propostas ideológicas, principalmente a do nacional-desenvolvimentismo, a do pensamento renovador cristão e a do partido comunista, acabaram por ser pano de fundo de uma nova forma de pensar a educação de adultos.

Os diversos grupos com atuação educativa, “pretendiam a transformação das estruturas sociais, econômicas e políticas do país, sua recomposição fora dos supostos da ordem vigente; buscavam criar a oportunidade de construção de uma sociedade mais justa e mais humana” (PAIVA, 1987, p. 230).

A educação, nesse momento, é colocada como algo fundamental para o processo de transformação, para Haddad e Di Pierro (2000), era a prática social que melhor se oferecia a tais mecanismos, não só por sua face pedagógica, mas também pelas características de prática

política. A educação sai do “otimismo pedagógico” que a ver como salvadora do homem, e passa a ser caracterizada pelo “realismo”.

Os grupos com iniciativas voltadas para educação de adultos utilizavam métodos pedagógicos nos quais o contexto passa ser analisado como um todo, e principalmente a cultura.

(...) Esses métodos combinaram a alfabetização e educação de base com diversas formas de atuação sobre a comunidade em geral, considerando como fundamental a preparação e difusão da cultura popular e a conscientização da população em relação às condições socioeconômicas e políticas do país. (PAIVA, 1987, p. 231)

“É grande a história e longa a lista de todos os movimentos que compuseram um quadro que hoje é parte de uma memória viva que se traduz numa visão de história como possibilidade e na ação pedagógica como ação política” (STRECK, 2009, p. 168). Entre os diversos grupos que se espalharam pelo país nesse período, abordarei o Movimento de Cultura Popular do Recife – MCP e os Centros Populares de Cultura – CPC (UNE).

## 2.1 MOVIMENTO DE CULTURA POPULAR DO RECIFE – MCP

O Movimento de Cultura Popular do Recife surgiu em 1960 e originou-se da iniciativa do então prefeito na época, Miguel Arraes, que convidou um grupo de intelectuais pernambucanos: estudantes universitários, artistas para unirem esforços, junto à prefeitura, no sentido de combater o analfabetismo. Segundo Streck (2009), faziam parte desse grupo Ariano Suassuna e outras figuras de destaque, que tiveram uma influência decisiva na obra de Freire, que também era membro e colaborador do movimento nos seus dois primeiros anos de funcionamento.

De acordo com Paiva (1987), o Movimento pretendia encontrar uma fórmula brasileira para a prática educativa ligada às artes e à cultura do povo. Ainda conforme a autora, esta fórmula foi encontrada no próprio contato com a massa. Paulo Freire avalia sua passagem pelo MCP como “uma larga possibilidade de aprendizado e gestação de uma teoria pedagógica.” (STRECK apud FREIRE).

Através das artes, entre outras, teatro, música popular, dança, artesanato, além das atividades destinadas à alfabetização e a educação de base, o Movimento pretendia



(...) compreender a cultura popular, ou seja, interpretar adequadamente e sistematizar aquilo que houvesse de mais específico na cultura do povo, valorizando a produção cultural das massas e criando condições para que o povo pudesse não somente produzir como também usufruir de sua própria cultura, orgulhando-se dela e deleitando-se com ela. (PAIVA, 1987, p. 237)

O trabalho educativo, desenvolvido nos centros de cultura criados pelo Movimento, direcionava suas atividades, fundamentalmente, para a conscientização das massas através da alfabetização e da educação de base. A intensão era partir da arte para chegar à análise e a crítica da realidade em busca da transformação social.

Os padrões culturais dos intelectuais envolvidos com Movimento não eram impostos, conforme Paiva (1987), buscava-se a autenticidade da cultura nacional, valorizando o homem brasileiro, com objetivo de fazer arte com o povo e ampliar as discussões sobre os problemas nacionais.

Fundamentado em tais proposições, o MCP de Pernambuco realizou experiências educativas pelo rádio, organizou parques, praças e núcleos de cultura, onde eram desenvolvidas atividades, como por exemplo, círculos de cultura e de leitura, literatura, teatro, esportes, cineclubes. “(...) caracterizando o movimento como “uma experiência nova de Universidade popular”” (PAIVA, 1987, p. 238).

O trabalho de Freire teve como berço e cenário a região do Nordeste brasileiro e foi no MCP de Pernambuco que ele iniciou suas experiências educativas. Conforme Fávero (2003), as experiências-piloto do sistema de alfabetização e conscientização de Paulo Freire aconteceram no MCP do Recife, em 1962: primeiramente no Centro de Cultura Dona Olegarinha, depois com um grupo de operários da Prefeitura. Para Paiva (1987), o Movimento representou uma etapa importante no desenvolvimento das ideias do autor e que estarão presente na teorização e na metodologia elaborada por ele.

Por questões de recursos para o desenvolvimento de suas atividades, que eram amplas, sistemáticas e com ação duradoura, os Movimentos de Cultura Popular praticamente, “(...) se restringiram ao MCP de Pernambuco e à Campanha “De Pé no Chão também se aprende a ler” no Rio Grande do Norte, a qual desenvolveu atividades com caráter muito próprio a partir de formulações teóricas semelhantes às do MCP pernambucano” (PAIVA, 1987, p. 239).

O Movimento de Cultura Popular do Recife representa parte fundamental da memória da EJA que se reproduz através do pensamento de Freire que nasceu “(...) de sua vivência, de suas experiências, de sua intimidade com as dores, a pobreza, as injustiças daqueles milhares de pessoas com as quais ele conviveu e para as quais dirige a sua educação como prática da liberdade”. (J.SIMÕES, 1981, p. 5)

## 2.2 CENTROS POPULARES DE CULTURA – CPC (UNE)

Os Centros Populares de Cultura, que surgiram em todo país entre 1962 e início de 1964, tiveram um papel muito importante nas discussões políticas presentes no país nesse período. Eram artistas, intelectuais, estudantes, principalmente, universitários que passaram a discutir os problemas brasileiros através do teatro. Tiveram início no Centro Popular de Cultura surgido em 1961 em íntima ligação com a União Nacional dos Estudantes – UNE e, por isto chamado CPC da UNE.

O CPC da UNE floresceu a partir de 1962, quando suas atividades cresceram e novos Centros surgiram por todo país. (...) Esses Centros não estavam organizados de forma unificada. Cada CPC era autônomo em seu funcionamento e em sua organização, servindo o CPC da UNE como modelo para as atividades e como fonte de orientação geral. (PAIVA, 1987, p. 231)

Cada um com a sua autonomia, eles passam a realizar debates para tentar entender o conceito de cultura popular: se era a cultura do povo local ou era a cultura pensada pelos intelectuais. “Para os articuladores da UNE a cultura diz respeito à conscientização que desagua imediatamente na ação política e cujo propósito último é a educação revolucionária das massas” (KREUTZ, 1979, p.68).

Coloca-se em discussão a cultura do povo que é para diversão e a cultura para o povo que carrega a ideia de conscientização, que faz com que o povo pense sobre a sua realidade e passe a transformá-la.

Segundo Ferreira Gullar, o que define a cultura popular é a consciência de que ela tanto pode ser instrumento de conservação como de transformação social. E é essa visão desmistificada dos valores culturais que leva o intelectual a agir sobre seus próprios instrumentos de expressão para, através deles, contribuir na transformação geral da sociedade. (KREUTZ, 1979 Apud GULLAR, 1965)

Havia divergências, no entanto “os diversos CPCs se uniu em torno do objetivo principal, que era contribuir para o processo de transformação da realidade brasileira, principalmente através de uma arte didática de conteúdo político” (PAIVA, 1987, p. 233).

Essa arte didática de conteúdo político passava por um debate dentro do próprio CPC e se proliferava pelo Brasil inteiro, com objetivo voltado para a modificação da realidade. De acordo com Paiva (1987), O CPC orientava sua ação a partir da tese de que toda arte exprime uma ideologia e de que, por isso, os artistas conscientes deveriam produzir uma arte que atuasse como veículo de conscientização dessas classes.

Como representação da realidade, o teatro, tem um papel importante do que está acontecendo na sociedade, utiliza a representação como forma de transformação social. No entanto, as atividades do CPC não se limitaram somente ao teatro, outras manifestações artísticas também foram promovidas, como por exemplo, cinema, artes plásticas, exposições fotográficas.

A possibilidade de novas formas de atuação refletiu também em prol da alfabetização de jovens e adultos que - após a realização do I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular em setembro de 1963 - “aparece, então, como o núcleo central do trabalho educativo a ser realizado, tal como era defendido por vários Centros nos diversos Estados e por outros movimentos voltados para a promoção da cultura popular” (PAIVA, 1987, p. 235).

Os Centros Populares de Cultura preconizaram a participação de artistas e intelectuais na educação brasileira, buscando interpretar a cultura popular e utilizá-la como instrumento de entendimento e transformação da realidade da grande massa.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esta “peça”, agora em conclusão, apontou, até o momento, referencial teórico importante que pode nortear a reflexão sobre a história da EJA no Brasil a partir das duas vertentes apresentadas: as campanhas oficiais e os movimentos de educação e cultura popular. Partindo da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos - CEAA, é possível perceber as lições deixadas por essa campanha. Talvez, a maior delas seja o seu fracasso educativo que, conforme Di Pierro, Joia e Ribeiro (2001), abre caminho para novas perspectivas metodológicas para o campo da educação de adultos.

A Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo - CNEA, também apresentada neste trabalho, se coloca como um programa experimental. A sua importância, segundo Paiva (1987), está no fato de que ela anuncia a fase da tecnificação do campo da educação, conforme a autora, não apenas no plano pedagógico, mas também no sentido de estudos dos problemas educativos em sua relação com a sociedade e de planejamento educacional.

Saindo das campanhas oficiais e se voltando para os movimentos de educação e cultura popular, percebemos a importância de suas iniciativas para a história da EJA no Brasil, pois foram experiências construídas a partir do diálogo com a própria classe popular. Todo movimento realizado, tanto pelo CPC da UNE (que era voltado mais para as expressões artísticas) como pelo MCP de Recife (que tinha a alfabetização e a educação de base como pilares) trouxe, sobretudo, esperança para as classes populares, pois se tratava de iniciativas construídas com e para o povo. Foi um período com “sabores de democracia”, pois muitos daqueles que estavam no poder, como é o caso de Miguel Arraes, em Recife, também abraçaram as causas populares. A alfabetização, nessa época, era uma causa em que Governo e sociedade civil estavam envolvidos. Foi também nesse momento da história que Paulo Freire endereçou sua prática pedagógica para o problema do analfabetismo. E foi neste contato e convivência com o povo que ele colocou as bases de sua educação para a liberdade<sup>3</sup>.

Os movimentos de educação e cultura popular sinalizaram para a importância e valorização de experiências educacionais desenvolvidas também fora dos ambientes oficiais de educação. De acordo com Fávero (2011) operaram um salto qualitativo em relação às campanhas e mobilizações governamentais contra o analfabetismo de jovens e adultos, promovidas na década de 50. Então, como mensurar a importância desses movimentos para a história da EJA? Como a formação do educador de jovens e adultos foi influenciada por esses movimentos? Que lições estes dois movimentos apresentados aqui nos trazem? Streck (2010), nos lembra de que existem muitas coisas que não vemos e conhecemos porque os movimentos sociais e os processos pedagógicos não são entidades fixas que podem ser dissecadas.

Esta escrita foi fundamentada predominantemente pelos estudos de Paiva (1987) com outros autores presentes. No decorrer da escrita, apresentaram pontos divergentes e convergentes que resultaram na construção deste artigo. Recorda-me as rendeiras da minha terra natal (Ceará) que, com seus bilros, entrelaçam os fios de algodão formando uma trama que resulta em peças únicas, como lençóis, cortinas, vestes e outros objetos artesanais.

## REFERÊNCIAS

DI PIERRO, Maria Clara, JOIA, Orlando, RIBEIRO, Vera Masagão. VISÕES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL. **Cadernos Cedes**, São Paulo, ano XXI, n. 55, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5541.pdf>. Acesso em: 18 Nov. 2014.

FÁVERO, Osmar. **Brasil alfabetizado em foco**: Entrevista. [18 de julho, 2003]. Brasília: TV Escola. Entrevista concedida para o programa Salto para o Futuro. [http://salto.acerp.org.br/saltoparaofuturo/entrevista.asp?cod\\_Entrevista=45](http://salto.acerp.org.br/saltoparaofuturo/entrevista.asp?cod_Entrevista=45). Acesso em: 18 Nov. 2014.

\_\_\_\_\_. Paulo Freire: primeiros tempos. **Em Aberto**, Brasília, v. 26, n. 90, 2013. Disponível em: <http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile>. Acesso em 18 Nov. 2014.

HADDAD, Sergio, DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de Jovens e Adultos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n.14, ano, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a07>. Acesso em: 17 Nov. 2014.

J. SIMÕES, Jorge. **A ideologia de Paulo Freire**. São Paulo: Loyola, 1981.

KREUTZ, Lúcio. **Os Movimentos de Educação Popular no Brasil, de 1961 - 64**. 1979. 131 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Estudos Avançados em Educação. Departamento de Filosofia da Educação, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1979.

PAIVA, V. P. **Educação Popular e Educação de Adultos**. São Paulo: Edições Loyola, 1987.

STRECK, Danilo R. Entre emancipação e regulação: (des) encontros entre educação popular e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 44, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v15n44/v15n44a07.pdf>. Acesso em: 18 Nov. 2014.

---

3. Ver o livro *Sem ódio nem violência: A perspectiva da libertação segundo Paulo Freire* (J.SIMÕES, 1979).